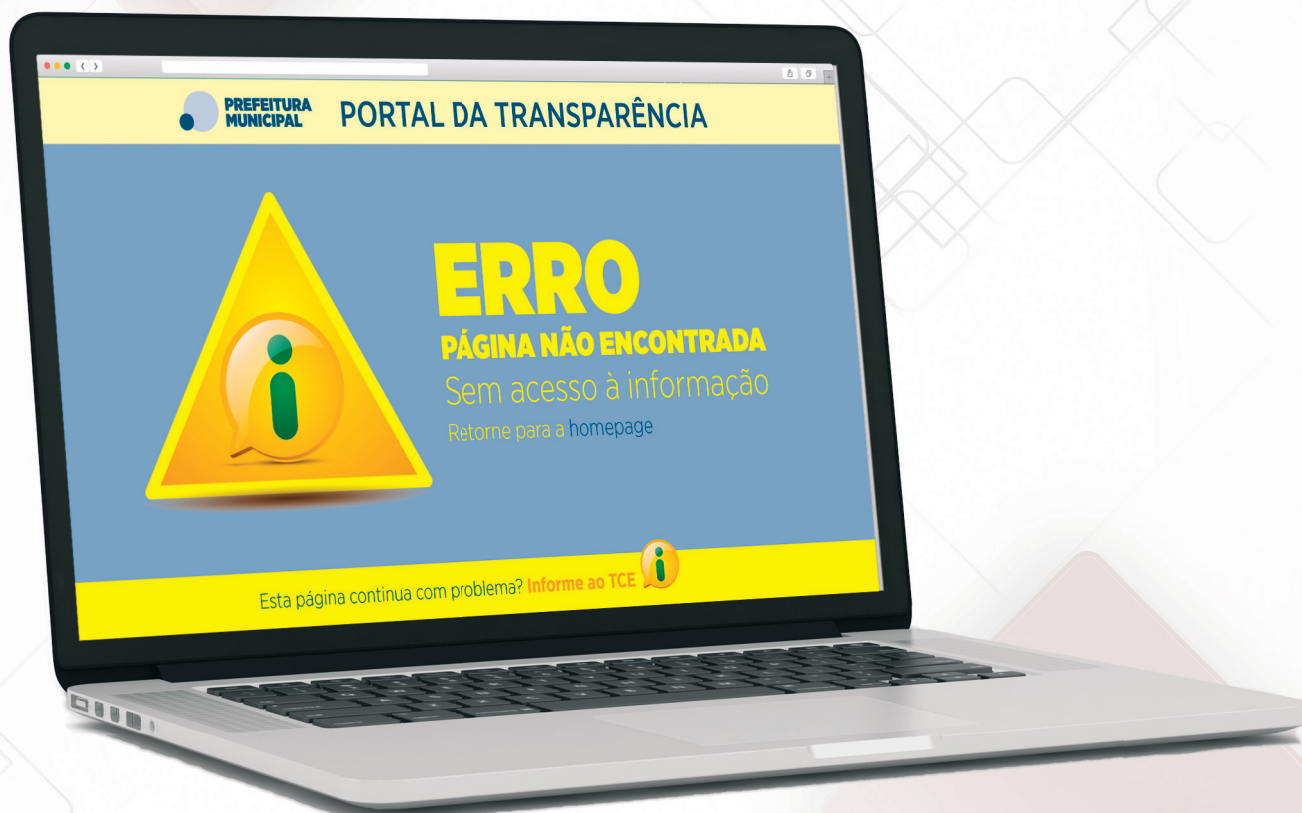




Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Municípios sofrem sanções por falta de portal da transparência

Vinte e seis representações tramitam no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins pelo não cumprimento à Lei da Transparência por parte dos municípios tocantinenses. Prefeitos foram multados e nove municípios estão impedidos de receber transferência de recursos financeiros devido à falta de portal da transparência ou ausência de atualização de informações. **Pág. 7**



Prefeitos têm até 31 de julho para responder questionário sobre desempenho das gestões
Pág. 3

Programa TCE de Portas Abertas completa seis anos
Pág. 4

Site do Tribunal de Contas tem agora ferramenta de acessibilidade
Pág. 12

Palavra do Presidente

Iniciamos nossa conversa com um assunto que afeta diretamente você, que, assim como eu, além de ser um cidadão consciente de seus deveres, também anseia pela defesa dos seus direitos. O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quer saber como está a gestão das cidades do Estado e enviou um questionário para todos os prefeitos responderem. Trata-se do IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal – cujo objetivo é avaliar a administração pública em sete dimensões da execução do orçamento: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Esse é um dos destaques da edição de número 105 do Informativo do TCE/TO.

Aqui também ressaltamos os recentes resultados sobre a força-tarefa para incentivar a disponibilização dos Portais da Transparência pelas prefeituras. Alguns municípios já sofreram penalidades, inclusive a suspensão de recursos estaduais.

Para evitar sanções como essa – e possíveis prejuízos à população – in-

vestimos continuamente na educação, tanto dos jurisdicionados quanto dos técnicos do Tribunal. O trabalho de capacitação técnica com vistas a aprimorar o conhecimento sobre as mudanças na legislação diante do novo Código de Processo Civil é um exemplo. A aula inaugural teve a presença do professor Dr. Costa Machado, referência no assunto, já que participou ativamente do processo de votação no Congresso a respeito do novo código.

Quando nos referimos ao aperfeiçoamento de nosso ofício, é impossível não lembrar de um trabalho árduo realizado recentemente na Corte de Contas: o Planejamento Estratégico – 2016/2021. Nele constam os objetivos e metas a serem atingidos pelos próximos 5 anos. Um plano ousado, onde buscamos melhorar os serviços prestados ao cidadão tocaninense. Mas, parafraseando Charles Chaplin, o mundo pertence a quem se atreve, não é mesmo? Portanto, todos os membros e servidores do TCE/TO compartilham dessa vontade de sempre vislumbrar uma gestão pública de excelência.

Dentre as inovações do nosso mais recente Plano Estratégico, podemos citar a Carta de Serviços ao Cidadão. Como o próprio nome já sugere, a carta será um guia para quem precisa de algum serviço oferecido pelo órgão. Mas, esse documento importantíssimo vai além e estabelece padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução das atividades institucionais. Isso quer dizer que vamos, só para citar alguns exemplos, rever processos, melhorar a sinalização, a acessibilidade e esmerar o atendimento aos nossos públicos.

O que é mais interessante na carta de Serviços é o fato dela ser frequentemente avaliada e modificada, ou seja, a busca pela evolução do trabalho é constante. Precisamos otimizar ações, facilitar o acesso e garantir mais transparência. Esse dinamismo por melhores resultados nos inspira e esperamos que também sirva de motivação para o tocaninense acompanhar os gastos públicos e exercer sua cidadania.

Conselheiro Manoel Pires dos Santos
Presidente

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Presidente

Manoel Pires dos Santos

Vice-presidente

Severiano José Costandrade de Aguiar

Corregedor

André Luiz de Matos Gonçalves

Conselheiros

José Wagner Praxedes
Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Doris de Miranda Coutinho
Alberto Sevilha

Procurador-geral de Contas

Zailon Miranda Labre Rodrigues

Coordenador do Corpo Especial de Auditores

Márcio Aluizio Moreira Gomes

Diretora geral de Controle Externo

Wellane Monteiro Dourado da Silva

Diretor geral de Adm. e Finanças

Marcelo Olímpio Carneiro Tavares

Diretor geral de Controle Interno

Juxson Alves Pereira

Diretora geral do Instituto de Contas

Karin Dias

Chefe de Gabinete da Presidência

Flávio de Almeida Godinho

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável

Lauri Meyer

Edição

Vilmara Bianchi

Textos

Vilmara Bianchi
Dhenia Gerhardt
Alechandre Samir
Fernanda França

Diagramação

Ronaldo Cordeiro de T. Gomes
Fábio Ferreira
Paulo Marcos Pinto de Souza

Revisão: Marilda Piccolo

Fotos: ASCOM - TCE/TO

Impressão: Gráfica e Editora Aliança

Tiragem: 3 mil exemplares

Distribuição gratuita

Assessoria de Comunicação

ascom@tce.to.gov.br
TCE/TO - Avenida Teotônio Segurado
102 Norte - Conj. 1, Lotes 1 e 2
CEP: 77.006-002 - Palmas - TO
Fone: (63) 3232 - 5800
Fax: (63) 3232 - 5835

Tribunal de Contas vai avaliar políticas públicas de gestores municipais

Prefeitos têm até 31 de julho para responder questionário



O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM/TO) será traçado pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins por meio de questionário. Os 139 prefeitos tocaninenses têm até 31 de julho para enviar as informações.

A implantação do IEGM no Estado foi aprovada em sessão plenária. De acordo com a Resolução 221/2016

do TCE/TO, o preenchimento dos questionários é obrigatório. O Gestor que não responder está sujeito à multa no valor de R\$10.189,17

Questionário

Os prefeitos receberam ofício e e-mail do Tribunal de Contas com orientações para preenchimento dos questionários eletrônicos referentes ao IEGM/TO.

Áreas avaliadas

O IEGM/TO busca avaliar a gestão pública em sete dimensões da execução do orçamento: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Os resultados desse levantamento serão divulgados pelo Tribunal de Contas

Adesão

O TCE/TO aderiu ao IEGM por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Rui Barbosa (IRB), entidade responsável pela instituição do IEGM. Esse trabalho será implan-

tado a partir de 2016 em quase todos Tribunais de Contas do país e já é realizado pelos Tribunais de Contas do Estado de São Paulo e Minas Gerais, com resultados na melhoria do desempenho dos municípios, efeito que se espera em todo o Tocantins.

No final do mês de junho, a coordenadora de Auditorias Especiais, Lígia Braga, aproveitou encontro com prefeitos promovido pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e alertou os gestores sobre o levantamento de dados. *“O IEGM é uma ferramenta valiosa ao gestor para aferição dos resultados das políticas públicas. Vai possibilitar correção de rumos e aperfeiçoamento do planejamento”.*

Lígia Braga
Coordenadora de Auditorias Especiais

De portas abertas aos cidadãos

Programa do TCE/TO que recebe estudantes para visitas guiadas completa seis anos



Estudantes do curso de Direito da Faculdade Católica em visita ao Memorial TCE/TO

O Programa TCE de Portas Abertas completa seis anos. De 2010 para cá, centenas de estudantes, profissionais da imprensa e comunidade participaram dessa ação que tem como propósito aproximar os tocantinenses da Corte de Contas.

No primeiro semestre de 2016, foram realizadas seis edições com universitários e estudantes de ensino mé-

dio de diversas instituições de ensino do Estado, que conheceram de perto como é o funcionamento do Tribunal e suas atribuições. Durante a visita guiada, os participantes do programa assistem à sessão plenária e visitam os principais departamentos da Corte, bem como o Memorial TCE/TO.

A assessora do Tribunal de Contas, Dagmar Gemelli, explicou às turmas

de alunos sobre as prestações de contas por parte dos gestores públicos e destacou a importância da participação das pessoas na fiscalização dos recursos. “Todos que gerenciam o dinheiro público têm a obrigação de prestar contas. E é no controle social que o cidadão pode denunciar se as ações do Governo estão sendo realizadas de forma correta”.

O aluno Rubens R. F. Júnior, do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), avaliou o TCE de Portas Abertas. “É uma boa iniciativa para se ter um conhecimento na prática do que é ensinado em sala de aula”.

Para a professora do Centro de Ensino Médio Castro Alves, Silvana Andrade Rocha, “a visita é um estímulo para esses alunos, que irão futuramente representar nosso Estado e até mesmo o nosso País”, concluiu.



O Programa TCE de Portas Abertas é uma das ações de transparência da instituição. Tem como objetivo central aproximar a comunidade do TCE/TO, fazendo com que a população participe, cada vez mais, da fiscalização dos recursos públicos.

Instituições de ensino com interesse em participar devem entrar em contato pelo telefone (63) 3232-5900.

Corte tocantinense em nova diretoria da Associação de Entidades de Controle do Mercosul



Presidente Manoel Pires dos Santos durante sua posse na Argentina

O Presidente do TCE/TO, conselheiro Manoel Pires dos Santos, tomou posse como diretor da ASUR – Associação das Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul. A posse ocorreu durante o segundo encontro anual do secretariado permanente dos TCs da República Argentina e reunião da ASUR, realizados em San Miguel de Tucumán, na Argentina. Também integra a nova diretoria, o vice-presidente do TCE/TO, conselheiro Severiano Costandrade.

TCE e OAB assinam Termo de Cooperação Técnica

Parceria é para intercâmbio acadêmico, científico e cultural



Termo foi assinado pelos presidentes: conselheiro Manoel Pires (TCE) e Walter Ohofugi (OAB)

Com a finalidade de estabelecer troca de experiências, informações e oferta mútua de cursos de capacitação entre as instituições, o presidente do Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO), conselheiro Manoel Pires dos Santos e o presidente da Ordem dos Advogados do Tocantins (OAB-TO), Walter Ohofugi, assinaram Termo de Cooperação Técnica e de Intercâmbio Acadêmico, Científico e Cultural, no final de junho.

Para o presidente da OAB-TO, a parceria é salutar. “É o início de uma caminhada que temos que fazer juntos, buscando a melhor qualificação e capacitação do nosso público interessado”, disse Ohofugi.

As intermediações dessa parceria foram iniciadas pela conselheira coordenadora do Instituto de Contas, Doris de Miranda Coutinho.

Novo Código Processual Civil é tema de curso

O curso “O Novo Código de Processo Civil: Ponto a Ponto”, disponibilizado na modalidade a distância, que está

sendo ofertado até o mês de outubro, já é resultado da parceria entre o TCE/TO e a OAB. Participam servidores do Tribunal e membros da OAB, além da prefeitura de Palmas.

A aula inaugural ocorreu no último dia 28, de forma presencial com o professor doutor, Antônio Cláudio da Costa Machado, instrutor do curso. Costa Machado, que é autor do livro Novo CPC – Resumido e Sistematizado, falou

sobre tutela provisória no novo Código.

Costa Machado comentou sobre a instituição de uma comissão no TCE/TO para adequação do Regimento Interno do Tribunal de Contas ao novo CPC. “Isso é democracia. Isso na verdade é a participação das pessoas nos processos para que o Estado só possa limitar os nossos direitos na medida em que tenhamos tido a oportunidade de participar”, concluiu.



Professor Costa Machado falou sobre tutela provisória no novo CPC

Um serviço melhor para o cidadão

Tribunal vai implantar Carta de Serviços



Consultor Marcelo Peres apresenta a identidade organizacional do TCE/TO

Como órgão de controle da aplicação do dinheiro público, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) prima por um atendimento cada vez melhor à sociedade. Assim, uma das metas do novo Planejamento Estratégico (2016-2021) é elaborar a Carta de Serviços ao Cidadão. Neste importante documento o órgão público vai estabelecer o compromisso de observar padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução de suas atividades, perante os seus públicos estratégicos, especialmente aquelas de prestação direta do ofício público.

Por meio da carta, a instituição informará todos os serviços oferecidos, bem como as formas de acesso e contatos. Dentre as principais questões a serem observadas está a do atendimento, por isso serão determinados padrões

mínimos de qualidade para oferecer ao tocaninense um trabalho aprimorado.

GesPública

A carta foi uma oportunidade de melhoria apontada por meio do GesPública – Programa nacional de Gestão Pública e Desburocratização – do qual a Corte de Contas faz parte com o objetivo de buscar a excelência na gestão.

De acordo com o guia metodológico do GesPública, a Carta de Serviços ao Cidadão representa “uma tecnologia de participação democrática do público-alvo na definição dos resultados esperados das instituições públicas, dando transparência à atuação do órgão ou entidade.”

Planejamento Estratégico

O novo Plano Estratégico do TCE/TO contempla mais de 50 me-

tas dentro de 14 objetivos. “O documento já foi validado pelos membros do comitê estratégico e agora será encaminhado para o Tribunal Pleno. Isso significa que, em breve, já poderemos pôr em prática muito do que foi idealizado. Esperamos repetir o êxito que tivemos com o plano anterior”, disse a assessora especial de planejamento e desenvolvimento organizacional Márcia Cristina Gonçalves.

Novidades

Além da implantação da Carta de Serviços, o novo planejamento prevê muitas ações inovadoras como a meta de atingir um alto índice de municípios com os respectivos Controles Internos funcionando de forma adequada, além de campanhas de incentivo ao controle social e pesquisas de satisfação da sociedade.

Identidade organizacional do TCE/TO

MISSÃO

Satisfazer as necessidades da sociedade, quanto à correta aplicação dos recursos públicos, garantindo um transparente, eficiente e eficaz sistema de fiscalização da gestão pública.

VISÃO

Ser reconhecido como instituição de excelência no controle da gestão e dos recursos públicos.

NEGÓCIO

Controle Externo

Municípios terão recursos suspensos por falta de Portal da Transparência

.....
Decisões proferidas pelo Pleno recaem sobre 9 prefeituras
.....

A prefeitura municipal que não cumpre a regra de manter seu portal da transparência atualizado na internet começa a enfrentar os efeitos dessa omissão: a perda de recursos públicos. Decisões proferidas pelo Pleno do Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) determinam aos secretários estaduais da Fazenda, Planejamento e Orçamento e Controladoria Geral do Estado a suspensão de transferências de recursos estaduais para nove municípios. De acordo com os processos, as sanções foram aplicadas aos municípios pelo não cumprimento à Lei Complementar 131/2009, conhecida como Lei da Transparência, que exige a implantação do Portal da Transparência.

Conforme as resoluções, referentes às representações decorrentes de fiscalização do cumprimento da Lei da Transparência, deixarão de receber as transferências voluntárias, obrigatórias e eventuais repasses para as áreas de saúde, educação e assistência social.

O TCE também determinou o envio das decisões à Coordenadoria de Acompanhamento e Gestão Fiscal, do Tribunal de Contas, para que sejam inseridas na certidão emitida pelo TCE aos municípios.

Processos

Tramitam no Tribunal de Contas do Tocantins representações empreendidas nos portais da transparência de vinte e seis prefeituras. Os processos são decorrentes da primeira etapa de fiscalização conjunta entre os órgãos de controle TCE, CGU, CGE e MPE.

“De acordo com as decisões, foi verificado que os nove municípios não

Municípios com transferência de recursos suspensas

Araguaçu, Dueré, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Oliveira de Fátima, Sampaio, Riachinho, Sítio Novo do Tocantins e Wanderlândia

Municípios com processos em tramitação

Almas, Aparecida do Rio Negro, Axixá, Cariri, Carmolândia, Fortaleza do Taboão, Ipueiras, Lagoa do Tocantins, Monte Santo, Pau D’arco, Presidente Kennedy, Santa Tereza, São Bento, Palmas, Santa Rosa, Natividade e Chapada da Natividade

disponibilizaram Portais da Transparência na internet, sendo que alguns apresentaram portais, mas sem informações básicas em seu conteúdo como despesas, receitas, licitações e contratos”, explica a diretora geral de Controle Externo do TCE, Wellane Monteiro.

“De acordo com as decisões, foi verificado que os nove municípios não disponibilizaram Portais da Transparência na internet, sendo que alguns apresentaram portais, mas sem informações básicas em seu conteúdo como despesas, receitas, licitações e contratos”

Wellane Monteiro
Diretora geral de Controle Externo do TCE

Os dados do levantamento da situação dos 26 processos em tramitação foram atualizados no dia 15 de junho

Multa

Outra penalidade constante nas resoluções do Pleno refere-se à multa aplicada aos prefeitos. As resoluções fixam, ainda, um prazo de 30 dias para que os prefeitos implantem efetivamente o Portal da Transparência e os mantenham com informações atualizadas.

O que diz a Lei da Transparência

A Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009) estabeleceu os seguintes prazos para a criação dos portais na internet: um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de 100 mil habitantes; dois anos para os municípios que tenham entre 50 mil e 100 mil habitantes; quatro anos para os municípios com até 50 mil habitantes. Em caso de não cumprimento dos prazos, sujeitou os municípios a diversas sanções, entre elas, a suspensão da transferência de recursos públicos.

Cabe destacar que o TCE/TO promoveu diversos encontros com os gestores para alertar sobre o cumprimento da Lei, bem como o vencimento de todos os prazos legais.

TCE julga mais de 200 prestações de contas nos últimos três meses

Entre as sessões do dia 15 de março e 31 de maio, deste ano, a Primeira e a Segunda Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) julgaram mais de 200 prestações de contas de ordenador de despesas. Sanções como imputações de débitos e multas foram aplicadas aos responsáveis pelas contas que descumpriram normas legais e constitucionais.

Imputação de débitos

Dentre as decisões com expres-

sivas imputações de débitos, estão: Fundo de Educação de Dianópolis (2013), de responsabilidade de Fabíola Wolney Valente Rosa, que terá que devolver aos cofres municipais o valor total de R\$ 607.239,65; outra decisão com imputação de débito é referente às contas de ordenador de despesas, de 2012, da Câmara Municipal de Gurupi. A então gestora, Wanda Maria Santana Botelho, terá que ressarcir os cofres públicos em mais de R\$ 605 mil.

Já a então prefeita de Presidente Kennedy, da gestão 2012, Maria Dalva Medeiros de Sousa, também terá que devolver dinheiro aos cofres públicos, solidariamente com duas empresas. A quantia é equivalente a R\$ 531.934,52.

Para mais informações sobre as decisões, consulte o site do Tribunal de Contas (www.tce.to.gov.br), link Boletim Oficial. Detalhes sobre os processos, acesse o Portal e-Contas.

Confira os resultados dos julgamentos a seguir:



As informações divulgadas sobre o julgamento das contas de ordenadores são baseadas na publicação das decisões no Boletim Oficial do Tribunal de Contas. Todos os casos citados foram ou são passíveis de recursos, de acordo com os prazos estipulados no Regimento Interno do TCE/TO.

Irregulares							
2014							
Origem	Responsável	Total de multas	Imputações				
Fundo Municipal de Assistência Social de Barrolândia	Sônia Maria Soares Souza	R\$ 13.000,00		Fundo Municipal de Saúde de Araguatins	Maria de Fátima Gomes Matos, gestora de 02/01 a 27/05, Talita Raquel dos Santos Ferreira, gestora de 28/05 a 31/12	10% do valor do débito imputado + R\$ 4.400,00	R\$ 1.936,47
Câmara Municipal de Pugmil	Nelma Rosa Lopes Aguiar	R\$ 8.000,00		Câmara Municipal de Almas	Lilian Zora Soares da Silva Santos	R\$ 1.694,57	R\$ 675,65
2013				Fundo Municipal de Assistência Social de Ponte Alta	Naiara Teixeira Lima	R\$ 1.698,20	
Origem	Responsável	Total de multas	Imputações	Câmara de Marianópolis do Tocantins	Valdeci Antônio da Silva	R\$ 3.900	R\$ 18.000,00
Prefeitura de Santa Tereza do Tocantins	Trajanos Pereira Neto	R\$14.000,00		Câmara de Recursolândia	Francisco Rodrigues Coelho	R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Pindorama do Tocantins	Almir Batista Silva Amaral	R\$ 6.792,78	R\$ 20.380,00	Prefeitura de Marianópolis do Tocantins	Claudioir Bento de Oliveira	R\$ 17.912,00	R\$ 164.120,00
Fundo Municipal de Saúde de Brejinho de Nazaré	Camila Aires Gomes	R\$ 8.490,95		Fundo Municipal de Assistência Social de Pedro Afonso	Nilza Borges Coelho, gestora de 09/01 a 01/10	R\$ 7.000	
Fundo Municipal de Assistência Social de Dianópolis	Coranilce Gonçalves de Matos			Prefeitura de Pugmil	Arlene Martins Souza	R\$ 5.000,00	
Fundo Municipal de Assistência Social de Lajeado	Leandro Carvalho Barbosa	de R\$ 1.045,97	R\$ 10.459,73	Fundo Municipal de Assistência Social de Praia Norte	Elcimar Cirqueira de Castro	10% do valor do débito imputado + R\$ 750,00	R\$ 21.931,11
Fundo Municipal de Educação de Dianópolis	Fabíola Wolney Valente A. Rosa	R\$ 70.723,96	R\$ 607.239,65	Câmara Municipal de Arapoema	José Valdo Pinheiro	R\$ 7.000,00	
Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu	Fabricio Alves Segura	R\$ 4.500,00	R\$ 536,67	Prefeitura de Recursolândia	Francisco Alves da Silva	R\$ 5.790,00	R\$ 7.900,00
Prefeitura de Muricilândia	Jair Luiz Montes	R\$14.600,00		Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Tocantins	Rudicleide Oliveira Monteiro	R\$ 1.500,00	
Prefeitura de Tupirama	Sebastião de Lima Oliveira	R\$ 1.000,00	R\$ 3.848,00	Prefeitura de Lagoa do Tocantins	Minerva Dicleia Viera B. Ferreira	R\$ 5.094,57	
				Câmara Municipal de Lajeado	Nilton Soares de Sousa	R\$ 3.389,84	R\$ 23.898,38

Prefeitura de Sampaio	Luiz Anacleto da Silva	10% do valor do débito imputado + R\$ 3.750,00	R\$ 43.656,44
Fundo Municipal de Saúde de Sampaio	Francisco Gomes de Santana	10% do valor do débito imputado + R\$ 9.750,00	R\$ 7.500,00
2012			
Origem	Responsável	Total de multas	Imputações
Prefeitura de Presidente Kennedy	Maria Dalva Medeiros de Sousa	R\$ 88.869,91	R\$ 531.934,52
Câmara Municipal de Juarina	Marcos Alexandre da Silva	R\$ 3.500,00	
Prefeitura de Almas	Leonardo Sette Cintra	10% do valor do débito imputado + R\$ 8.500,00	R\$ 39.926,46
Câmara Municipal de Natividade	Felisberto Machado dos Santos	10% do valor do débito imputado + de R\$ 3.000,00	R\$ 40.606,18
Prefeitura de Praia Norte	Gilmar Alves Pinheiro	10% do valor do débito imputado + R\$12.439,64	R\$ 60.674,57
Prefeitura de São Bento do Tocantins	Lubelafaete Bezerra Fonseca	R\$ 24.500,00	R\$ 61.034,77
Câmara Municipal de Carmolândia	Alencarlos Batista Oliveira	R\$ 1.500,00	
Fundo de Saúde de Murcilândia	José Antônio Gil da Silva, gestor de 01/01 a 09/07, Maria Lúcia Ramalho Dourado de Faria, gestora 10/07 a 31/12	R\$ 5.000,00	
Prefeitura de Jaú do Tocantins	João Luís Cirqueira Costa	R\$ 3.000,00	
Câmara de Santa Rita do Tocantins	Sinomar Zago Ferreira	R\$ 2.000,00	
Fundo Municipal de Saúde de Sucupira	Celiane Vieira de Carvalho Silva	R\$ 3.932,00	R\$ 19.329,00
Prefeitura de Lagoa do Tocantins	Jucélio Lustosa de Sousa	R\$ 6.750,00	
Câmara Municipal de Porto Nacional	Pedro de Oliveira Neto	R\$ 4.500,00	
Fundo Municipal de Saúde de Cachoeirinha	José Miguel Coelho de Sousa, gestor de 10/04 a 31/12	R\$ 3.000,00	
Prefeitura de Palmeirante	Cláudio Henrique Almeida de Brito, gestor de 01/01 a 24/08, Maria Edilene de Oliveira Leite, gestora de 24/08 a 31/12	R\$ 18.000,00	
Prefeitura de São Salvador do Tocantins	Denival Gonçalves da Cruz	R\$ 3.000,00	
Prefeitura de Chapada da Natividade	Djalma Carneiro Rios	10% do valor do débito imputado + R\$7.500,00	R\$ 27.813,07
Prefeitura de Combinado	Manoel Rebouças de Oliveira	10% do valor do débito imputado + R\$ 9.000,00	R\$ 1.017,46
Prefeitura de Rio dos Bois	Manoel Correa Araujo Neto	R\$ 3.000,00	
Prefeitura de Arraias	Antônio Wagner Barbosa Gentil	R\$ 3.250,00	

Fundo Municipal de Saúde de Almas	Iris Alves dos Santos	10% do valor do débito imputado + R\$ 750,00	R\$ 85.932,00
Prefeitura de Sítio Novo do Tocantins	Antônio Jair Abreu Farias	10% do valor do débito imputado + R\$13.000,00	R\$ 25.085,17
Câmara Municipal de Campos Lindos	Isaac Coelho de Sousa	R\$ 4.690,60	R\$ 26.906,00
Fundo de Saúde de Arapoema	Ivanildes Fidelis da Silva	R\$ 8.018,92	
Câmara Municipal de Gurupi	Wanda Maria Santana Botelho	R\$ 3.462,20	R\$ 605.692,32
Prefeitura de Taipas do Tocantins	Orlando Proência	10% do valor do débito imputado + R\$ 16.250,00	R\$ 19.865,15
Prefeitura de Nova Rosalândia	Enoque Portilio Cardoso	R\$ 4.700,00	R\$ 17.000,00
Câmara Municipal de Arapoema	Edilson Pereira da Silva	de R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Filadélfia	Edenilson da Silva e Sousa	R\$ 20.000,00	
Prefeitura de Brejinho de Nazaré	Luiz Antônio Alves Saquetim	10% do valor do débito imputado +R\$ 8.500,00	R\$ 16.040,44
Câmara Municipal de Aliança do Tocantins	Ronaldo de Souza Lopes	R\$ 2.000,00	
Câmara Municipal de Cariri do Tocantins	Arivan Alves de Oliveira	R\$ 1.484,63	R\$ 14.846,28
Prefeitura de Monte do Carmo	Gilvane Pereira Amaral	10% do valor do débito imputado + R\$ 1.500,00	R\$ 135.016,57
Prefeitura de Goiatins do Tocantins	Neodir Saori, gestor de 01/01 a 01/ 03, Vinicius Donnover Gomes, gestor de 02 /03 a 31 /12	R\$ 19.851,89	
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC	Geraldino Ferreira Paz, presidente de 01/01 a 14/05, Marcelo Aguiar Inocente, presidente 05/02 a 21/12	R\$ 5.000,00	R\$ 880,89
Fundo de Saúde de Aragominas do Tocantins	Aderley Previato Trindade	R\$ 4.520,59	
Fundo Municipal de Saúde de Chapada da Natividade	Ceci Gonçalves Dias	R\$ 6.750,00	
Regulares com ressalvas			
Origem		2014	Responsável
Fundo Municipal de Assistência Social de Chapada de Areia		Regiane Miranda das Chagas	
Fundo Municipal de Saúde de Chapada de Areia		Maria Eliene Gomes de Souza Marinho	
Fundo Estadual de Transportes		Alvicto Ozores Nogueira	
Fundo Municipal de Saúde de Ipueiras		Josilene Nunes de Carvalho	
Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Tocantins		Ronylson Pereira dos Santos	
Câmara Municipal de Mateiros		Silvano Coelho Cruz	
Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Tereza do Tocantins		Diana Barros Duarte Lourenço	
Fundo Municipal de Assistência Social de Pugmil		Debora Francisca Dutra	
Câmara Municipal de Alvorada		Antônio Carlos Oliveira Costa	
Fundo de Assistência Social de Cristalândia		Andreia Naves Pereira Moraes	

Origem	2013	Responsável
Fundo Municipal de Assistência Social de Chapada de Areia		Delba Mair Gomes de Siqueira, gestora de 01/01 a 10/05, e Regiane Miranda das Chagas, gestora de 11/05 a 31/12
Câmara de Bandeirantes do Tocantins		Ronaldo Pereira da Silva
Fundo Municipal de Saúde de Aragominas		Dene Lopes da Silva, gestor de 01/01 a 18/03, Elias Pontes Pereira, gestor de 22/03 a 21/10, Meirislane Cristina de Jesus Reis, gestora de 01/11 a 31/12
Câmara Municipal de Pindorama do Tocantins		Euclísia Teixeira Belém
Fundo Municipal de Assistência Social de Brejinho de Nazaré		Hermando Nobre da Silva
Fundo Municipal de Saúde de Pindorama		Mario Martins de Araújo Junior
Prefeitura de Itaporã do Tocantins		Jonas Carilho Rosa
Fundo Municipal de Saúde de Bandeirantes do Tocantins		Jucelio Dantas de Macedo
Câmara Municipal de Porto Alegre do Tocantins		Francisco Rocha da S. Filho,
Câmara Municipal de Pugmil		Dayane Bezerra do Vale Dias
Câmara Municipal de Santa Tereza do Tocantins		Odimar Lopes de Castro
Câmara Municipal de Chapada de Areia		Adauto Mendes de Oliveira
Fundo Municipal de Educação de Tocantínia		Marcelo Lucena dos Santos
Fundo Municipal de Assistência Social de Miranorte		Célia Marques de Melo
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Dois Irmãos do Tocantins		Aluisio Mendes Silva
Fundo Municipal de Assistência Social de Araguacema		Suzete Arruda Lima Dias
Fundo Municipal de Saúde de Pequizeiro		Sinvaldo dos Santos Moraes
Fundo Municipal de Saúde de Monte Santo do Tocantins		Manuel Messias Benicio
Prefeitura de Itapiratins		Marcio Pinheiro Rodrigues
Fundo Municipal de Saúde de Dois Irmãos do Tocantins		Larlla Veruska Arrates Pires Tozzatti
Fundo Municipal de Saúde de Rio Sono		Samuel Arruda Neres
Fundo Municipal de Saúde de Itapiratins		Renato Azevedo Souza
Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Bois		Marcos Valério Oliveira Santos
Fundo Municipal de Saúde de Tupirama		Elisangela Sallet Savedra
Câmara Municipal de Aparecida do Rio Negro		Sérgio Felicíssimo de Castro Neto
Fundo Municipal de Assistência Social de Miracema do Tocantins		Marcia Rosa Silva Borba
Fundo de Saúde de Sucupira		Elizangela Ribeiro Fernandes
Fundo Municipal de Educação de Maurilândia		James Melo Bezerra
Fundo Municipal de Saúde de Angico		Fatiana Carla Alves Sousa
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Dianópolis		Salvador Cerqueira dos Santos
Fundo Municipal de Saúde de Silvanópolis		Marli de Sousa Pires
Câmara Municipal de Colméia		Samuel Rita de Oliveira
Câmara Municipal de Tupirama		José Pereira da Silva
Câmara Municipal de Abreulândia		José Maria Motelo Rodrigues
Câmara Municipal de Novo Acordo		Pedro Andrade Neto
Câmara Municipal de Rio dos Bois		Fernando de Oliveira
Câmara Municipal de Rio Sono		Raul Roberto de Sousa

Câmara Municipal de Peixe	Lenilson Batista Gomes,
Câmara Municipal de Aguiarnópolis	Wanderly dos Santos Leite
Câmara Municipal de São Sebastião do Tocantins	Genivaldo Ferreira Lima
Fundo Municipal de Saúde de Nazaré	Rosana Saraiva Cruz
Fundo Municipal de Assistência Social de Sítio Novo do Tocantins	Maria das Dores Abreu Farias, gestora de 01/01 a 01/05, Lucielton Ferreira Cruz, gestor de 01/06 a 31/12
Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião do Tocantins	Regina Maria Saraiva Ferreira Barboza
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Araguatins	Júlio Colombo Miranda Labre Rodrigues
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Tocantins	Maria dos Santos Macedo de Oliveira Santos
Fundo Municipal de Assistência Social de Araguatins	Andrea Gonzalez Graciano
Câmara de Dois Irmãos do Tocantins	Welk Chaves Miranda
Fundo Municipal de Saúde de Tocantínia	Valdeina Barbosa Aguiar de Araújo, gestora de 01/01 a 21/05, Raimunda Pereira Brito, gestora de 22/05 a 31/10
Fundo Municipal de Saúde de Recursolândia	Jocilene Rodrigues dos Santos
Fundo Municipal de Saúde de Goianorte	José Helenilson Resplandes Araújo
Fundo Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins	Adriana Alves Pereira
Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Tocantins	Andreia Vieira de Sousa
Prefeitura de Talismã	Mirian Salvador Costa Ribeiro
Prefeitura de Luzinópolis	José de Arimatéia Coelho Damaceno
Câmara Municipal de Augustinópolis	Antônio Silva Feitosa
Fundo Estadual do Meio Ambiente	Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues
Fundo Municipal de Saúde de Chapada da Natividade	Adelmo Pereira Barros
Câmara de São Félix do Tocantins	Ardulino Roberto da Silva Filho
Instituto de Terras do Estado do Tocantins	Luiz Carlos Alves de Queiroz, gestor de 01/01 a 23/04
Fundação Universidade Regional de Gurupi – UNIRG	Antônio Sávio Barbalho do Nascimento
Câmara Municipal de Pau D’arco	Jorge Sakai
Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário da SEFAZ	José Jamil Fernandes Martins, gestor de 01/01 a 08/02, Marcelo Olímpio Carneiro Tavares, gestor de 09/02 a 31/12
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Monte Santo do Tocantins	Rosemery Ferreira de Lima

Origem	2012	Responsável
Prefeitura de Rio da Conceição		Astrogildo de França Filho
Câmara Municipal de Santa Rosa do Tocantins		Albison da Cruz Teixeira de Oliveira
Fundo Municipal de Assistência Social de Taipas do Tocantins		Susley Cardoso Ribeiro Proência
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins		Erli Lemes de Lima
Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins		Luiz Carlos Borges da Silveira, gestor de 01/01 a 10/10, Wagner Coelho de Souza Amaral Monteiro, gestor de 11/10 a 31/12
Câmara Municipal de Monte do Carmo		Manoel Ribeiro Matos
Fundo Tocantinense de Economia Solidária do Estado do Tocantins		Agimiro Dias da Costa
Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins		Agimiro Dias da Costa
Câmara Municipal de Palmeirópolis		Edison Soares Pereira

Fundação Universidade do Tocantins-UNITINS	Joaber Divino Macedo
Câmara Municipal de Chapada da Natividade	Sebastião das Dores Pinto dos Santos
Casa Civil	Renan de Arimatéa Pereira
Secretaria da Juventude e dos Esportes do Estado do Tocantins	Olyntho Garcia de Oliveira Neto
Fundo Estadual de Assistência Social	Agimiro Dias da Costa
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Palmas	José Francisco dos Santos
Prefeitura de Porto Alegre do Tocantins - TO	Edvam Pereira Nepomoceno Sousa
Prefeitura de Cariri do Tocantins	Almir Augusto de Lima
Câmara de Muricilândia	Rony José da Silva
Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins	Julia Resende de Lima
Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS	Luiz Carlos Alves de Queiroz, gestor de 01/01 a 09/09 e 10/10 a 31/12, Valdenez Sobreira de Lima, gestor de 10/09 a 09/10
Fundo de Saúde de Itaporã do Tocantins	Agda Ferreira Lima Rosa
Câmara Municipal de Taguatinga	Paulo Roberto Gomes Ferreira
Fundo Municipal de Saúde de Alvorada	Eliabe Oliveira Bessa
Fundo de Saúde de Nova Olinda	Jair Pereira Lima
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Turismo Ciência e Emprego de Palmas	Fabício Machado Filho
Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Luiz Carlos Borges da Silveira, gestor de 01/01 a 10/10, Andrea Noleto de Souza Stival, gestora de 10/10 a 31/12
Câmara Municipal de Brejinho de Nazaré	Jovismar Lourenço das Neves

Regulares		
Origem	2014	Responsável
Fundo Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins		Rui Araújo de Azevedo
Fundo Municipal de Assistência Social de Aparecida do Rio Negro		Ana Claudia Gorosthides de Moura
Fundo Municipal de Saúde de Rio Sono		Samuel Arruda Neres
Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Tocantins		Andreia Vieira de Sousa
Fundo Municipal de Assistência Social de Paraíso do Tocantins		Anna Paola Oliveira Melo Torres
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Paraíso do Tocantins		Anna Paola Oliveira Melo Torres
Secretaria Municipal de Administração de Paraíso do Tocantins		Beatriz Augusto de Oliveira Costa
Câmara Municipal de Dianópolis		Amilton Pereira dos Santos
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável		Alexandre Tadeu de M. Rodrigues, presidente de 01/01 a 15/05, Stalin Beze Bucar, presidente de 16/05 a 31/12
Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa do Tocantins		Maria Raimunda C. de França
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Dianópolis		Maria Aparecida Cordeiro dos Santos
Fundo Municipal de Saúde de Pedro Afonso		Euridinei Camilo de Oliveira Júnior
Secretaria Municipal de Esporte e Juventude de Paraíso do Tocantins		Osmarivan Moreira de Souza
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paraíso Tocantins		Lizete de Sousa Coelho
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Paraíso do Tocantins		Ademir Barboza Rego

Fundo Municipal de Saúde de Natividade	Juliano Ribeiro de Souza
Fundo Municipal de Saúde de Silvanópolis	Marli de Sousa Pires
Fundo Municipal de Saúde de Almas	Clebson da Silva Matos
Fundo Municipal de Saúde de Dianópolis	Corailde Gonçalves de Matos Rodrigues
Fundo Municipal de Assistência Social de Silvanópolis	Darcilene Pereira Georgetti,
Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre	Marilene de Fátima Souza e Silva
Fundo Estadual dos Direitos da Mulher	Nilomar dos Santos Farias
Fundo Estadual Antidrogas	Nilomar dos Santos Farias
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Taguatinga	Suzi Ceciliana de Almeida Nunes
Fundo Municipal de Assistência Social de Mateiros	Vera Maria da Silva Mokfa
Prefeitura de Mateiros	Júlio Mokfa
Fundo Municipal de Assistência Social de Arraias	Mariseth Batista Almeida Vasconcelos
Fundo Municipal de Saúde de Mateiros	Daniela Tavares Rodrigues
Gabinete do Prefeito de Paraíso do Tocantins	Simone Lustosa Santos Soares
Secretaria Municipal de Finanças de Paraíso do Tocantins	Ingrid Lima Rebelo
Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A	Rodrigo Alexandre Gomes de Oliveira
Câmara Municipal de Porto Alegre do Tocantins	Darleno Avelino dos Santos
Fundo Municipal de Saúde de Monte do Carmo	Lucione de Oliveira Negre
Fundo Municipal de Assistência Social de Ponte Alta do Tocantins	Aline Tavares de Sousa
Fundo Municipal de Saúde de Lavandeira	Geyza Souza Castro
Fundo Municipal de Saúde de Santa Rosa do Tocantins	Nubia Maria Pereira Dias

Origem	2013	Responsável
Secretaria de Comunicação de Gurupi		Núbio Cunha Brito
Fundo de Assistência Social de Gurupi		Maria das Dores Braga Nunes
Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins		Alan Kardec M. Barbiero
Fundo Estadual Antidrogas.		Nilomar Santos Farias
Serviço Municipal de Água e Esgoto de Itacajá		José Luiz Paiva do Nascimento
Câmara Municipal de Santa Terezinha do Tocantins		João Batista Vaz
Prefeitura de Novo Jardim		Wagner Vieira Neves
Câmara Municipal de Combinado		Jefelson Belo
Fundo Municipal de Assistência Social de Augustinópolis		Antônia Azevedo Pereira
Instituto de Previdência Social dos Servidores de Miranorte		Elias Simão Dantas
Fundo Municipal de Assistência Social de Luzinópolis		Rita Baiano da Penha
Fundo Municipal de Saúde de Lagoa do Tocantins		Judivan Barros Duarte
Fundo Municipal de Saúde de Araguacema		Leila Ferreira de Souza Soares
Câmara Municipal de São Miguel do Tocantins		Antônio Francisco Borba Cardoso

Origem	2012	Responsável
Fundo Municipal de Saúde de Cachoeirinha		Valdemir da Mota Rego, gestor de 01/01 a 09/04

Tribunal implementa site com ferramenta de acessibilidade



Site do TCE/TO permite acesso a deficientes

O Portal do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (www.tce.to.gov.br) conta agora com ferramenta de acessibilidade. O Rybená é um software especializado que garante abertura de forma dinâmica e em tempo real para o atendimento a pessoas com deficiências auditivas, visuais parciais, surdos, baixo letramento, idosos e, em alguns casos, com deficiência intelectual.

A ferramenta localizada na página principal é capaz de traduzir textos do português para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de converter português escrito para voz falada. A solução,

que já é utilizada em portais de universidades públicas e em órgãos públicos, não necessita de instalação de *plug-ins* ou qualquer tipo de aplicativo.

Para acessar o conteúdo do site por meio da língua brasileira de sinais é só clicar nas mãozinhas, localizadas no meio da página do lado esquerdo; para voz falada basta clicar no rosto, também localizado no meio da página, do lado esquerdo. Para o funcionamento de ambas, deve-se selecionar o formato de tradução, em seguida o texto desejado e aguardar a tradução.

Para o diretor de informática do

TCE/TO, Francisco de Assis, a inclusão do sistema no Portal possibilita um nível maior de acessos à página por atingir, também, pessoas que necessitam de acessibilidade.

A implementação do sistema no Portal do TCE/TO obedece ao Decreto Federal 5.296/2004, que determina a obrigatoriedade de acessibilidade aos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.

INFORMATIVO TCE - TO

Assessoria de Comunicação

Avenida Teotônio Segurado, 102 N, cj. 01, lotes 01 e 02 · CEP 77006-002
Palmas - TO · Fone: (63) 3232-5837